



NARRATIVAS DE UMA PESSOA COM VISÃO MONOCULAR: SENTIMENTOS E ANGUSTIAS DE UM DISCENTE

Eilton Alves de Medeiros

Programa de Pós Graduação em Educação (POSEDUC/UERN), ealmedeiros@bol.com.br

Geane Pessoa Maia Medeiros

Programa de Pós Graduação em Educação (POSEDUC/UERN), geane.maiamedeiros@gmail.com

Ana Lúcia de Oliveira Aguiar

Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), oliveiraaguiarpetro@gmail.com

Francinilda Honorato dos Santos

Programa de Pós-Graduação em Educação (POSEDUC/UERN), nildinhameneses@bol.com.br

Stenio de Brito Fernandes

Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Norte (SEEC/RN), steniondre@hotmail.com

RESUMO

Esse trabalho apresenta a experiência de uma pessoa com visão monocular e as narrativas de seu cônjuge, onde discorrem de forma detalhada sobre essa deficiência visual, mostrando um breve relato de conceitos que se fortalecem juntamente com embasamentos normativos legais. É uma pesquisa de abordagem qualitativa, em que utilizamos o método (Auto) biográfico, através das narrativas de histórias de vida. O objetivo da pesquisa é procurar produzir conhecimentos para a comunidade acadêmica e ao público em geral a respeito da vivência da pessoa com visão monocular, bem como os percalços enfrentados. Com o desenvolvimento do estudo podemos verificar diversas peculiaridades inerentes aos monoculares que têm seus direitos negados em diversas ocasiões, bem como preconceitos sofridos e angústias dessa pessoa que em muitas vezes passa a sofrer uma dupla exclusão social. Acrescentamos que, essa pessoa, além de não poder usufruir de condições mínimas de direito, passa a ser criticada por buscar a efetivação dos mesmos. Esse conteúdo é de caráter informativo, sendo uma maneira de purgar os anseios da alma acorrentados por uma memória silenciada, que sem dúvida trará benefícios para os que escrevem como também para os leitores. Entendemos que através desta pesquisa, podemos incentivar a busca por uma inclusão efetiva do sujeito que leve em conta a pluralidade das pessoas com deficiências na nossa sociedade, favorecendo um ambiente que desenvolva a sede por conhecimento e quebre as amarras impostas pela falta de informação e humanização.

Palavras-chave: Autobiografia, Deficiência Visual, Monocular, Narrativas.

INTRODUÇÃO

Diante das experiências vivenciadas pelos autores desta pesquisa, onde diariamente os mesmos se deparam com barreiras físicas e psicológicas impostas às pessoas com deficiência não visíveis, especificamente a visual monocular que é pouco conhecida em nosso país e com reduzido número de publicações bibliográficas. Ressalta-se também a importância deste estudo no sentido de



servir como importante meio esclarecedor para toda sociedade, auxiliando assim os profissionais das mais diversas áreas, principalmente os professores da educação infantil que são precursores no acompanhamento da vida estudantil do sujeito. As informações aqui contidas contribuirão, para que o educador seja capaz de identificar algumas deficiências não visíveis a terceiro, antecipando-se nas resoluções de problemas que possam interferir na aprendizagem do educando.

A visão monocular vem sendo bastante discutida nos últimos anos, sendo reconhecida em lei pelos seguintes estados: Alagoas, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Maranhão, Rio Grande do Norte, Rondônia, Distrito Federal, São Paulo, Paraná, Sergipe e Tocantins. Outros documentos regulamentadores que reconhece a visão monocular como deficiência visual são: Súmula 377(STJ); Súmula 45(AGU); Resolução 267(CONTRAN); Parecer Conjur/MTE nº 444. As referências servem para nortearem os sujeitos que não possuem visão binocular e os interessados em adquirirem conhecimentos sobre a temática discutida no estudo de visão monocular, fortalecendo assim um entendimento do reconhecimento como pessoas com deficiência.

Através de narrativas (auto) biográficas, abordaremos os relatos de um sujeito com a perda da visão em dos olhos, como também de sua esposa, retratando o início do acometimento da deficiência, as causas bem como todas as dificuldades vivenciadas no dia a dia. Dificuldades enfrentadas rotineiramente como também a discriminação e a falta de respeitos por aqueles que discordam da inclusão da visão monocular como deficiência visual, gerando assim a dupla exclusão do indivíduo.

O estudo em questão serve como apoio bibliográfico para compreensão de um tipo de deficiência que muitas das vezes não é visível para outras pessoas. Existe também a falta de conhecimento e/ou falta de educação e respeito ao próximo. Em muito dos casos de visão monocular o olho acometido pela cegueira apresenta-se com sua estrutura externa em perfeita condição, além dos casos que são recompostos por próteses oculares, causando assim uma impressão falsa de normalidade daquele órgão que é o olho humano.

METODOLOGIA

É uma pesquisa de abordagem qualitativa, em que utilizamos o método (Auto) biográfico apoiado nos estudos de Ferrarotti, (1988), onde discute a autonomia deste método. Acrescentamos



as discussões de Pollak (1999) e Halbwachs (2006), que salientam a importância do estudo da memória e história oral, através das narrativas de histórias de vida.

A pesquisa tem enfoque em um sujeito com visão monocular, onde o mesmo narra sua trajetória de vida, meio educacional e profissional, incluindo momentos que vão desde os acometimentos da doença causadora da perda de visão do olho esquerdo, as dificuldades, preconceitos até a dupla exclusão enfrentada pelo o mesmo. É perceptível a existência de acontecimentos de determinados momentos de uma trajetória de vida, retratando a luta pela efetivação de direitos, como a exemplo da Lei 9.697-RN de 25 de setembro de 2013 e outros documentos oficiais como Súmula 377 do STJ; Súmula 45 da AGU; Resolução 267 do CONTRAN; Lei Nº Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – LBI (Lei Brasileira de Inclusão), que reconhecem os monoculares, tal qual a pessoa com deficiência visual.

O estudo nos remete à reflexão acerca da importância das diferentes vivências e experiências do sujeito no seu convívio familiar e social. A pesquisa procura trazer conhecimentos para a comunidade acadêmica e demais público a respeito da pessoa com visão monocular, bem como as consequências vivenciadas no seu cotidiano.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Entendendo a visão monocular, como um tipo de visão restringida ao indivíduo enxergar apenas por um dos olhos e com isso várias consequências foram impostas por essa condição. Para o Dr. Alfredo Tranjan Neto (2013), cita em seu artigo várias consequências para o monocular: uma limitação na percepção de profundidade e distância; grande perda da visão periférica; dificuldades com a coordenação motora; aumento da ansiedade; baixa autoestima. Além dos problemas citados, lembramos que os monoculares não desfrutam das sensações visuais trazidas pelos avanços tecnológicos, como é o caso dos filmes em 3D (três dimensões), em contato com essa tecnologia, as pessoas com visão monocular visualizam os filmes com distorções de imagens e que constam em vários relatos de queixas de náuseas.

O código no CID 10 (2008), cadastro internacional de doença é o H54-4, que identifica “cegueira em um olho”. A visão monocular já se encontra com diversos amparos legais importantes, são eles: Súmula 377 do STJ; Súmula 45 da AGU; Resolução 267 do CONTRAN; Lei Nº 9.697-RN, de 25 de fevereiro de 2013 e por último a Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - LBI. A Lei Brasileiro de Inclusão, em seu artigo 2º, cita o seguinte:



“Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (LBI, 2015).

Com a preconização da LBI fica claro que a pessoa com visão monocular estar incluída na temática abordada pela Lei, pois o sujeito nesta condição se depara com diversas barreiras social, físicas e com atitudes discriminatórias, ocasionando assim o impedimento às ações inclusivas.

Um nebuloso acordar que em seguida veio a incomodar

Meu nome é Eilton Alves de Medeiros, tenho trinta e nove anos, sou filho de heróis sertanejos do semiárido nordestino, considerados semianalfabetos pela educação formal, mas tido como doutores por nós que somos filhos. É satisfatório relatar que meus pais mostraram o caminho trilhado pela honestidade, dignidade e respeito para com o próximo, seja quem for e em qualquer circunstância. Meu pai se chamava Manoel Lourenço de Medeiros (in memória), natural de Acari/RN e minha mãe tem o nome de Francisca Alves de Medeiros, esta nascida na cidade de Angicos-RN, local onde ocorreu uma das maiores experiências educacionais comandada por nosso saudoso Paulo Freire. Meus pais foram agricultores meeiros, que residiam num sítio chamado Chafariz, um povoado da cidade de Upanema/RN, em seguida decidiram migrar para Mossoró-RN, com um único objetivo, propiciar uma educação para todos os filhos, que não foram poucos, pois somam um total de quinze.

Diferente de meus irmãos que nasceram no sítio, tive a oportunidade de nascer e crescer em Mossoró/RN onde atualmente resido, Casado com Geane Pessoa Maia Medeiros, pai de cinco filhos: Eliton Natan Câmara Medeiros, Emanuel Lucas Silva Medeiros, Gabriel Vinícius Jesus Maia Medeiros, Gabriel Érick Jesus Maia Medeiros, Gabriel Lorenzo Jesus Maia Medeiros. Tenho um neto que se chama Davi, fruto de meu primeiro filho, este concebido quando ainda eu tinha treze anos de idade. Trarei relatos nas linhas seguintes, de histórias embasadas na minha própria experiência de pessoa com visão monocular, deparando-se com essa condição na fase de adolescência. Tive uma infância bastante movimentada, brincadeiras de rua eram as favoritas: futebol; esconde, esconde; batalhão; bandeirinha e outras mais.



Aos 14 anos, precisamente em 1990, tive a satisfação de ingressar em uma das melhores escolas profissionais do Brasil, o SENAI, através de um processo seletivo no qual obtive aprovação que tão logo iniciei o curso de Mecânica Geral, conhecido como tornearia, sendo assim tudo transcorria normal naquele ano.

Em meu pensamento, era visível um futuro idealizado como um agente federal ou um aviador da força aérea Brasileira, sonhos que foram atiçados pelo meu irmão mais velho, Edvaldo Alves de Medeiros, que foi cabo da aeronáutica. Outro fator estimulante para a carreira militar, foi a memórias das histórias contadas pelo tio Dedé, agente da polícia federal, José Alves Batista era o irmão mais velho de minha mãe, este homem idealizado por mim como um guerreiro que saiu da cidade de Angicos no Rio Grande do Norte, com destino a construção de Brasília, onde usou um pau de arara como meio de transporte, levando com ele uma mala de madeira que tinha apenas duas mudas de roupas, para se aventurar pela cidade sonho de Getúlio. Nos estudo bibliográfico percebo que as memórias vem a reforçar o que HALBWACHS (2006, p. 29) afirma “para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já tivemos alguma informação”.

Tenho a lembrança da última noite com visão binocular, festa de São João, alegria e diversão, ainda a lembrança de todos pegados nas mãos, bebedeiras de um gole só, muitos jovens animados pelo forró. Horas passam, fogueiras queimam, tudo claro na minha visão, pois até o final daquela noite de festança problemas alguma eu não tinha. No dia seguinte das comemorações juninas, ao acordar percebi que minha vista esquerda estava borrada, igual a um vidro jateado, de imediato pus as mãos em meus olhos, passei a esfregar e nada da visão melhorar, muita água foi jogada, pois molhado todo já estava de água e suor, e assim minha preocupação aumentava. Com meus relatos do problema, haviam os que achavam que era brincadeira, mas no outro dia veio o diagnóstico de um derrame detectado. Logo deu início ao uso de medicamentos a base de corticóides e assim três dias se sucederam com um susto bem maior, pois de uma visão ofuscada veio a imagem da escuridão. Retornando ao oftalmologista um novo diagnóstico foi dado, nomes estranho foram citados, membrana vítreo, retina e outras tantas que agora não lembro não, sei dizer apenas que era um problemão. Muita fé em Deus e com ajuda de Santa Luzia, esperança da cura sempre estavam presente, pois pelos médicos desenganos foram dados, como os do Lérias, maior Hospital Oftalmológico de Fortaleza que recomendou o destino a outro estado, pois no Nordeste não haveria nenhum cirurgião para aquela situação. De uma forma popular foi explicado que a retina havia se descolado e, além disso, houve um rasgo que afetou muito a visão.



Orações, rezas e rituais, todos unidos para um só propósito, Deus colocou o maior especialista de retina do Brasil, justamente na cidade de Goiânia, coincidentemente capital onde todos os meus tios e tias por parte de mãe moravam. Os contatos foram feitos com o Dr. Marcos Ávila, que de prontidão marcou a consulta e após ser questionado deu uma estimativa do valor da cirurgia, que conseqüentemente aumentou as preocupações dos meus familiares. O valor cobrado era quantia muito alta para nossa condição financeira. Meus pais logo colocaram a venda um terreno localizado nos fundos da nossa casa e que felizmente foi adquirido por uma de minhas irmãs. Foi inesquecível a união dos amigos na ajuda para arrecadar o dinheiro suficiente para os procedimentos. Jorge Washington (in memória), diretor do Educandário Silvio Mendes de Sousa, organizou um pedágio e uma campanha com os alunos da instituição, onde doou tudo que foi arrecadado, sendo muito importante o apoio daqueles que faziam o Educandário, alunos, professores, técnicos e a família da guerreira Vanda Barreto (in memória).

Todos os preparativos agendados, Dona Francisca (minha mãe) e eu voamos para a capital do Goiás, após a chegada, dentro de 3 (três) dias ocorreu a cirurgia, sendo um sucesso, pois a retina foi colocada no lugar e as hemorragias tinham sido sanadas, evitando assim uma possível perda do globo ocular. Recuperação lenta e traumática, 20 dias de muito repouso, para dormir tinha que deitar de bruços, podia caminhar somente com a cabeça abaixada e com os olhos voltados para o chão, não podia realizar nenhum movimento brusco. Minha tia Anita com aquela calma e jeito de enfermeira até banho dava, comida na boca, era tratado como um bebê.

Na última consulta antes do retorno para Mossoró, foi informado que a retina tinha sido fixada no lugar e que a visão não retornaria ao normal, sendo assim um choque que abalou e emocionou. Novos planos, sonhos quebrados, curso no SENAI, agente federal, forças armadas tudo isso já não dava mais, todos os cargos relatados exigem que o candidato tenha visão binocular, sendo excluídos todos aqueles que possuem visão monocular.

Meus relatos são evidenciados pelo drama de reviver tudo aquilo do passado, medo de dormir, medo de acordar, não existe a confiança em ninguém ficar do meu lado esquerdo, pois acho que é meu ponto fraco, já o lado direito é superprotegido, de forma exagerada, pois uma simples aproximação pode ocasionar uma reação de defesa contra minha visão. Os traumas psicológicos foram evidentes, pois pesadelos eu tinha constantemente, com a perda da visão dos dois olhos, virando suplícios em sonhos que interferiam na minha vida real.

Eram impressionantes as imagens de meu retorno às modalidades esportivas, corria para chutar a bola e quase sempre errava o chute, no vôlei minhas cortadas passavam longe da bola e nos



jogos com raquetes meu desempenho era pior ainda, pois já não possuía a visão binocular ficando impedido de enxergar os objetos na real distância. Foi angustiante esse momento de minha vida, tive que tentar reaprender a praticar esportes. Ninguém entendia porque naquele momento eu chutava o ar em vez de chutar a bola, as defesas da minha raquete já não eram executadas e tudo isso eram motivo de piadas entre meus amigos, hoje entendo aquele momento, as pessoas não tinham culpa, apenas se divertiam em verem um mau jogador.

Qualquer viagem por meio automotivo me ocasiona pavor, pois sempre tenho a sensação de que o carro no qual me encontro irá bater no outro veículo da frente. Só foi possível entender esse pânico ao ler um artigo BUYS e LOPEZ que trás a experiência de um portador de visão monocular que retrata justamente as mesmas sensações e explica que o pavor de viagens é ocasionada pela falta de noção de distância entre os veículos, ou seja, o monocular geralmente tem impressão de estar muito próximo de qualquer objeto a sua frente.

Não sei o que ocasiona as vertigens, como tonturas, dor de cabeça e ânsia de vômito. Isso acontece frequentemente em situações que olho para um vidro de carro com gotas de chuvas ou para telas tipo as usadas em varandas de apartamento. Por diversas vezes me envolvi em acidente, sendo atingido do lado esquerdo, mesmo lado da minha perda de visão. É inquestionável que a atenção deva ser redobrada, pois os retrovisores do veículo devem ser vigiados pelo olho direito, exigindo muito esforço do olho saldável e movimentos do globo ocular acima do normal, que ocasiona dores na parte de trás do olho.

A pessoa monocular não tem a noção de distância dos meios fios, isso implica em dizer que sempre procuro um referencial com um objeto que esteja fixo em minha lateral para poder estacionar, mas que na prática nem sempre dar certo, pois os veículos que já possui, todos tinham marcas de batidas na região frontal inferior. Também existe a dificuldade de estacionar entre dois carros, quando olho no espelho retrovisor é a mesma coisa de estar olhando para uma foto, pois não existe a noção tridimensional. As pessoas que me observam estacionando sempre apontam e dão gargalhadas, acha que sou um motorista ruim no volante ou até mesmo acham que estou embriagado, não sabem elas o tamanho de esforço e concentração que procuro empregar naquela ação.

Símbolo de ascensão, as escadas e desníveis são enormes preocupações, pois sem a noção de distância procuro pisar com bastante atenção, mesmo assim em certas situações parecem que estou pisando em regiões esburacadas. É de grande importância que as bordas sejam sinalizadas de outras cores, chamando atenção dos usuários, principalmente daquelas com problemas visuais.



Quando trabalhava em empresas privadas a ansiedade era frequente. Sendo um profissional da área petrolífera, era comum, a cada dois anos a renovação de contrato trabalhista por igual período ou um novo contrato com uma nova empresa, via isso como uma tortura psicológica, pois a qualquer momento a empresa poderia exigir uma CNH que constasse o termo “exerce atividade remunerada”, e isso seria impossível para um portador de visão monocular, pois a emissão de carteiras de habilitação com o termo citando atividade remunerada é privilégio apenas daqueles que possuem visão binocular.

Narrativas do cônjuge na convivência com uma pessoa com visão monocular

Meu nome é Geane Pessoa Maia Medeiros, sou pedagoga, casada com Eilton Medeiros e pretendo por meio deste expressar meus relatos e vivências diárias, como esposa de uma pessoa com visão monocular. O que mais me surpreende é o desrespeito das pessoas para com os outros. Penso que a preocupação de parte dos seres humanos é resguardar seus próprios direitos, sem levar em conta a pluralidade de nossa sociedade e a importância de assegurar esses direitos a diferentes grupos populacionais. Muitas vezes eles expressam desconhecimento em relação ao bem comum de maneira a desconhecer a diversidade da condição humana. Por inúmeras vezes me vi ao lado de meu esposo em situações discriminatórias, e vexatórias, promovidas por pessoas diversas.

Testemunhei o empenho de Eilton em tentar minimizar os efeitos da perda de visão em sua vida estudantil, sempre em busca de maneiras alternativas de suplantar suas dificuldades. Lembro que quando cursava eletromecânica na Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN) em 1995, se queixava de fortes dores de cabeça no olho direito, principalmente, quando cursou a disciplina de desenho técnico, pois esta exigia precisão dos traçados em seus projetos. No entanto, isso não foi motivo para desistência, ao contrário, era possível perceber o empenho redobrado em seus estudos e práticas.

Sagitariano e grande sonhador, orquestrava planos e traçava metas que pareciam impossíveis a meu ver. Um desses planos, desenvolvido em 2001, que na época parecia surreal, era o de ingressar em uma das maiores empresas petrolíferas em operação do mundo. Lembro-me de suas palavras: “Geane, vou entrar na Schlumber e vou poder fazer vários cursos nos Estados Unidos”. Na época a situação em que vivíamos, tal empreitada me pareceu impossível e acabei não dando tanta atenção. Felizmente minha desconfiança se mostrou errônea, pois em menos de um ano Eilton



já estava efetivado na sonhada empresa, e nela teve a oportunidade de se capacitar em países como EUA, Argentina e Uruguai.

Com sua inquietação e ânsia de aprendizagem, independente de qual área de conhecimento, Eilton se mostrou disposto a enfrentar diversos desafios, fossem eles pessoais ou profissionais. Vendo-o investir em cursos para o enriquecimento de seu currículo e aperfeiçoamento de sua prática, cheguei a questionar os valores monetários de alguns desses treinamentos e acabei obtendo a mesma resposta: “isso não é gasto, é investimento”, dizia Eilton.

Do ponto de vista de minha vida educacional, recebi muitos incentivos do meu esposo. Com o passar dos anos aprendi a me planejar, sendo uma das grandes lições que pude aprender com Eilton, pois costumava repetir: “planejamento deve ser escrito e memorizado”. Foi isso que fiz, sempre sonhei em entrar na universidade, escrevi num pedaço de papel que iria passar no vestibular. Certo dia recebi a notícia, através de meu esposo, que eu acabara de ser aprovada no Curso de Pedagogia da UERN. De início achei que fosse uma espécie de brincadeira, só depois consegui acreditar na minha aprovação.

Em um dos momentos mais marcantes de nossas vidas, em 2011, escuto mais um plano de meu esposo, “os meninos estão crescendo”. Eilton tinha em mente ser necessário acompanhar o desenvolvimento deles e contribuir mais em sua educação. Incomodava-o ainda não possuir uma formação universitária. Era recorrente em considerar importante estudar e ingressar no ensino superior. Eu dizia, meu Deus, mais um dos sonhos! No entanto, esse era um fardo pesado demais para acreditar. Temerosa, apoiei a ideia, pois sabia que um curso superior fazia parte de sua meta. Eilton me dá a notícia de que tinha sido aprovado em um concurso para o cargo de vigilante, na cidade de Governador Dix-Sept Rosado, como também conseguiu ingressar pelo SISU na graduação de Ciência e Tecnologia na Universidade Federal Rural do Semi Árido (UFERSA) e que assim pretendia pedir suas contas trabalhistas e deixar de maneira definitiva a área de petróleo. Não gosto nem de lembrar tudo que foi dito por parte de nossos familiares, algumas frases foram as seguintes “você são loucos, depois de velho resolver lagar tudo pra estudar. Como vão viver? Eu pensava: coisa de louco, deixar um emprego bom pra ser vigilante”. Minha sogra foi uma das poucas pessoas que deu apoio a essa mudança radical em nossas vidas. Naquele momento como vigilante Eilton ganhava um sexto de seu salário anterior, e para complementar a renda alugamos nossa casa, fomos morar em um kit net pertencente à mãe dele. Nesse período tivemos de tomar medidas bastante inventivas, nossas maneiras de ganhar dinheiro extra foram desde vender quentinhas até a fretar nosso carro para levar estudantes de Mossoró a Caraúbas. Percebia pela



felicidade em seus olhos que meu esposo estava realmente motivado, apesar das dificuldades financeiras, era quase palpável a sua felicidade e sua crença em seus sonhos.

Alguém pode estar se perguntando se houveram momentos em que se pensou em desistir. Afirmo que sim, pensamento esse confirmado por meu esposo e por mim mesma. Sempre existiu uma fagulha de esperança, que se mostrou certa, pois ainda naquele ano mais uma vitória surgiu. Aprovado no concurso de Guarda Civil Municipal da Prefeitura de Mossoró, Eilton almejava tomar posse e entrar em exercício, mas antes que isso acontecesse, saiu o resultado do concurso dos Correios e Telégrafos e logo em seguida assumiu o cargo de Atendente Comercial daquela empresa.

O concurso para a empresa postal foi um marco decisivo na vida de Eilton e na efetivação dos direitos das pessoas com deficiência. Com ele nossos sonhos narrados em linhas anteriores foram se concretizando. No primeiro dia de avaliação pela junta médica dos candidatos com deficiências da citada empresa, houve uma reprovação de dois candidatos monoculares, sendo estes excluídos do certame. Essas informações foram divulgadas através das redes sociais e numa reação imediata Eilton tomou a iniciativa de enviar um e-mail para os Correios, tendo como embasamento principal a súmula 377 do STJ e a súmula 45 da AGU, que garante o direito de pessoas com perda da visão em um dos olhos de concorrer a vagas reservadas para pessoas com deficiência. Segue o texto da carta enviada:

“Venho informa que o Concurso dos Correios não esta acatando as súmulas 377 STJ e Súmula 45 da AGU (referente a PNE visão monocular). Deficiência visual no Brasil Recentemente foi publicada a Súmula nº377 do STJ que define a visão monocular como deficiência visual no Brasil. A condição de deficiência da capacidade de visão em apenas um dos olhos é reconhecida pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Sendo assim, o portador de visão monocular tem direito de concorrer, em concurso público, às vagas reservadas aos deficientes.
Data da publicação: 15/09/2009
A Súmula nº 45 publicada no Diário Oficial da União desta terça-feira (15/09) pelo Advogado-Geral da União, ministro José Antonio Dias Toffoli, estabelece que pessoas com visão monocular, ou seja, que enxergam apenas com um olho, podem fazer concurso público como portadores de deficiência física.

Conto com o entendimento desta renomada empresa,
Eilton Alves de Medeiros”

No dia seguinte, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, respondeu ao e-mail com o seguinte texto: “Prezado Senhor, Essa questão foi acatada pela ECT. Central de Atendimento aos Clientes dos Correios”. Em decorrência, Eilton foi submetido à junta médica que atestou a deficiência visual e logo pôde ingressar no quadro funcional dos Correios, permanecendo ali por



onze meses. Outras aprovações vieram, foram elas: Agente de Endemias da Prefeitura de Mossoró; Assistente técnico do Detran-RN; Assistente administrativo da UFERSA.

Percebo a empolgação de meu esposo em tudo que se relaciona a ensino/educação: seu trabalho, a graduação concluída em Gestão de Recursos Humanos, sua licenciatura no Curso de Pedagogia, a Pós-Graduação, em Psicopedagogia e também por fazer parte da turma de alunos em caráter especial do Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

Percebemos nestes relatos como vivências construídas no coletivo da família e também como uma maneira de purgar os anseios da alma acorrentados por uma memória silenciada, que sem dúvida trará benefícios para os que escrevem como também para os leitores.

CONSIDERAÇÕES

Entendemos que as narrativas (Auto) biográficas são caminhos para a reflexão da prática e de caráter formativo num processo de transformações do sujeito, no pensar em si, falar de si e escrever sobre si, uma vez que ao voltar-se para a reflexão da prática reconstrói o passado, exercita sua reflexão tanto no plano individual como no coletivo.

Precisamos desenvolver olhares que atestam a vivência de uma pessoa com visão monocular, seja com um ou dois olhos, mais que seja reveladores e que tragam informações que corroborem com a quebra de tabus e discriminação e que sejam estimuladores para todos os envolvidos no contexto de inclusão do sujeito e que busquem o direito de cada um como também seja efetivado. Relatos das narrativas trazem experiências que devem ser repassadas para um maior número de pessoas possível como um processo de (auto) formação. As pessoas monoculares são reconhecidas como pessoas com deficiência e a elas todos os direitos assegurados por instrumentos legais normalizadores, como é a Lei 9.697-RN de 25 de fevereiro de 2013.

É importante ressaltarmos que muitas das vezes as deficiências não são visíveis para outras pessoas, mas não é por isso que devem ser menosprezadas. O estudo não tem intuito de defesa de determinada deficiência nem tão pouco medir o grau das dificuldades encontradas pelas pessoas com limitações, mas pretende alertar sobre o respeito ao direito do outro, onde em muitos casos as pessoas com visão monocular são ridicularizadas e desrespeitadas, ceifando direitos e deixando marcas que ficarão para sempre.



O estudo apresentou elos que interligam educação e inclusão, sendo uma luta diária para quebra das mais variadas barreiras impostas por nossa sociedade. Ficou evidenciado que a sede de aprendizagem é constante e que propicia ao sujeito a liberdade não apenas física como também a liberdade da alma, pois as narrativas contidas na pesquisa comprovam esta afirmação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 20 de jul. 2016.

BUYS, Nicholas; LOPEZ, Jorge. **Experience of Monocular Vision in Australia.** Disponível em: <http://www98.griffith.edu.au/dspace/bitstream/handle/>. Acesso em: 02 de jul. 2016.

CID10. Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde. Disponível em: <http://portal.arsnorte.min-saude.pt/> Acesso em: 26 de jul. 2016.

FERRAROTTI, Franco. Sobre a autonomia do método biográfico. In: NÓVOA, António; FINGER, Matthias (Orgs.) **O método (auto)biográfico e a formação.** Lisboa: Ministério da Saúde. Depart. de Recursos Humanos da Saúde/Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional, 1988.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006. Minha vida. Guia Saúde da Visão. Disponível em: <http://www.minhavidacom.br/> (Dr. Alfredo Tranjan Neto). 19/11/2013. Acessado em 14/07/2016. Acesso em: 04 de jul. 2016.

Lei Nº 9.697-RN, de 25 de fevereiro de 2013. Disponível em: http://www.uern.br/controladepaginas/compurve-leis-decretos/arquivos/0471lei_9.697_visa%C2%A3o_monocular_como_deficiencia_visual.pdf. Acesso em: 20 de jul. 2016.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Tradução de Dora Rocha Flaksman. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: www.uel.br. Acesso em: 15 set. 2016.

Resolução 267 do CONTRAN. Disponível em: <http://www.denatran.gov.br/>. Acesso em: 28 de jul. 2016.

Súmula 45 da AGU. Disponível em: <http://www.agu.gov.br/>. Acesso em: 26 de jul. 2016.

Súmula 377 do STJ. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/>. Acesso em: 30 de jul. 2016.